

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS/SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA E AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 16/2013

Prazo para envio de contribuições: 07/06/2013 (18 horas)

**Identificação:**

Empresa	Petrobras – E&P
---------	-----------------

**Comentários/sugestões:**

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
<b>Art. 3º.</b>	<b>Art. 3º. A Rodada de Licitações de Partilha da Produção será constituída das seguintes etapas:</b> <b>II – realização da Audiência Pública, precedida de Consulta Pública;</b>	Conforme consta do art. 56 da Portaria ANP nº 69, de 06.04.2011 (publicada no DOU de 07.04.2011 e retificada DOU 20.8.2011 e DOU 10.4.2013), sugerimos que a Consulta pública seja obrigatoriamente realizada, uma vez que se trata de uma oportunidade para que as empresas interessadas realizem por escrito suas sugestões de aprimoramento do Edital e do Contrato de Partilha, conforme orienta o princípio da Participação Democrática. É nosso dever ressaltar que apenas a realização da Audiência Pública na maioria das vezes não permite que as empresas interessadas realizem os seus comentários pormenorizados sobre documentos extensos como o Edital de Licitação e o Contrato de Partilha, dificultando o aprimoramento desses documentos e o acréscimo de legitimidade conferido pela participação do administrados.

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
<b>Art. 6º. I</b>	<b>Art. 6º. O Pré-Edital conterá as seguintes informações: I – as áreas os Blocos objeto de licitação;</b>	Sugerimos esta correção pois os contratos de E&P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.
<b>Art. 6º. VIII</b>	<b>Art. 6º. O Pré-Edital conterá as seguintes informações: (...) VIII – o nome, mapa, localização, área, coordenadas, período de exploração, critérios de devolução e outras informações pertinentes sobre cada área Bloco objeto da licitação;</b>	Sugerimos esta correção pois os contratos de E&P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.
<b>Art. 7º (Caput)</b>	<b>Art. 7º. Após a publicação do Pré-Edital, a ANP realizará Audiência Pública, <del>que poderá ser</del> precedida de Consulta Pública, para:</b>	Conforme consta do art. 56 da Portaria ANP nº 69, de 06.04.2011 (publicada no DOU de 07.04.2011 e retificada DOU 20.8.2011 e DOU 10.4.2013), sugerimos que a Consulta pública seja obrigatoriamente realizada, uma vez que se trata de uma oportunidade para que as empresas interessadas realizem por escrito suas sugestões de aprimoramento do Edital e do Contrato de Partilha, conforme orienta o princípio da Participação Democrática. É nosso dever ressaltar que apenas a realização da Audiência Pública na maioria das vezes não permite que as empresas interessadas realizem os seus comentários pormenorizados sobre documentos extensos como o Edital de Licitação e o Contrato de Partilha, dificultando o aprimoramento desses documentos e o acréscimo de legitimidade conferido pela participação do administrados.

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
<b>Art. 7º, I</b>	<p><b>Art. 7º. Após a publicação do Pré-Edital, a ANP realizará Audiência Pública, que poderá ser precedida de Consulta Pública, para:</b></p> <p><b>I – dar conhecimento <del>das áreas</del> dos Blocos a serem licitadas;</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p>
<b>Art. 10º.</b>	<p><b>Art. 10º. A ANP, desde que autorizada pelo CNPE, poderá incluir ou retirar quaisquer <del>áreas</del> Blocos da licitação, após a publicação do Edital.</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p>
<b>Art. 10</b>	<p><b>Art. 10º. <u>Após a publicação do Edital</u>, a ANP, desde que autorizada pelo CNPE, poderá, <u>respeitada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para apresentação das propostas</u>, incluir ou retirar quaisquer áreas da licitação <del>, após a publicação do Edital.</del></b></p>	<p>A proposta de alteração pretende evitar que os licitantes sejam surpreendidos com mudanças repentinas no Edital, mormemente no que diz respeito às áreas oferecidas. A modificação se baseia no princípio da segurança jurídica e da boa-fé, que devem pautar todas as decisões da Administração Pública.</p> <p>A antecedência para a retificação do Edital deve atender a um prazo razoável para que os licitantes façam eventuais ajustes nas propostas sendo que na hipótese de inclusão de área, esse prazo deve ser o suficiente para o pagamento da taxa de participação, acesso ao Pacote de Dados da respectiva área e elaboração da proposta pelos interessados.</p>

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
	<p><b>Art. 15. O acesso ao pacote de dados técnicos <del>das áreas dos Blocos</del> que serão licitadas será permitido à sociedade empresária que tenha efetuado o pagamento da taxa de participação, designado representante credenciado junto à ANP e assinado termo de confidencialidade, bem como apresentado os demais documentos exigidos no Edital para esse fim, após análise da ANP.</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p>
<b>Art. 19, V</b>	<p><b>Art. 19. A sociedade empresária interessada deverá apresentar os seguintes documentos para a análise da qualificação econômico-financeira:</b> (...) <b>V – quaisquer outros documentos constantes do Edital <del>ou que venham a ser solicitados pela ANP.</del></b></p>	<p>Em obediência aos princípios da segurança jurídica, boa-fé e vinculação ao instrumento convocatório, todos os documentos necessários à qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista devem constar do Edital de Licitação. Além disso, a exigência de documentos solicitados casuisticamente para interessados distintos poderá ocasionar uma violação da isonomia entre os licitantes, uma vez que poderão ser exigidos documentos distintos para diferentes participantes da licitação.</p>
<b>Art. 20, V</b>	<p><b>Art. 20 As sociedades empresárias interessadas deverão apresentar os seguintes documentos para a análise da qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:</b> (...) <b>V - quaisquer outros documentos a serem exigidos no Edital <del>ou solicitados pela ANP.</del></b></p>	<p>Em obediência aos princípios da segurança jurídica, boa-fé e vinculação ao instrumento convocatório, todos os documentos necessários à qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista devem constar do Edital de Licitação. Além disso, a exigência de documentos solicitados casuisticamente para interessados distintos poderá ocasionar uma violação da isonomia entre os licitantes, uma vez que poderão ser exigidos documentos distintos para diferentes participantes da licitação.</p>

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
<b>Art. 23 §2º</b>	<p><b>Art. 23. As propostas serão elaboradas em formulários padrão, e entregues à CEL em envelopes lacrados, na data e no horário determinados no Edital.</b></p> <p>(...)</p> <p><b>§ 2º. As propostas serão elaboradas para cada <del>área</del> Bloco isoladamente.</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p>
	<p><b>Art. 26. O julgamento das propostas será feito com base no maior percentual de excedente de óleo ofertado à União, respeitado o percentual mínimo estabelecido pelo CNPE, de acordo com o art. 10, III, “b” da Lei n.º 12.351/2010.</b></p> <p>(...)</p> <p><b>§ 2º. O licitante vencedor deverá constituir consórcio com a Petrobras e com a Pré-Sal Petróleo S.A., devendo esse consórcio indicar a Petrobras como único operador <del>da área do Bloco</del> licitadoa e com participação mínima estabelecida pelo CNPE, de acordo com o art. 10, III, “b” da Lei n.º 12.351/2010 <del>de 30% (trinta por cento)</del> no consórcio constituído;</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p> <p>Além disso, é necessário esclarecer que nem sempre a participação mínima do Operador será de 30%, podendo ser definido percentual superior pelo CNPE.</p>
	<p><b>Art. 28. Quando dois ou mais concorrentes apresentarem ofertas idênticas de excedente em óleo para a União, a CEL convocará estes concorrentes para apresentarem novas ofertas superiores à original.</b></p> <p>(...)</p> <p><b>§2º. Caso os concorrentes não apresentem novas propostas, ou se verifique novo empate, será utilizado o sorteio como critério de desempate, a ser realizado pela CEL na mesma sessão, <del>de forma pública.</del></b></p>	<p>Entendemos relevante tornar claro que o sorteio como critério de desempate será público.</p>

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
	<p><b>Art. 29. O resultado da licitação fará parte de relatório circunstanciado, no qual a CEL proporá a adjudicação do objeto da licitação, de acordo com o critério de julgamento, bem como revelará as propostas desclassificadas e suas respectivas razões.</b></p> <p><b>§ 2º. Após a homologação e publicação dos resultados, os vencedores serão convocados para a assinatura dos Contratos de Partilha de Produção <del>pele</del> juntamente com o MME.</b></p>	<p>O Contratado de Partilha será assinado pelo Contratado e pelo MME.</p>
	<p><b>Art. 30. Os concorrentes vencedores em cada uma <del>das áreas dos Blocos</del> licitadas constituirão o Consórcio de que trata o artigo 20 da Lei n.º 12.351/2010 e celebrarão, no prazo máximo definido no Edital, Contratos de Partilha de Produção com a União para a participação nas atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas respectivas áreas.</b></p>	<p>Sugerimos esta correção pois os contratos de E&amp;P no Brasil e no mundo são outorgados por Bloco, que é a delimitação física da área em que o Contratado poderá executar as atividades de E&amp;P, definido no art. 6º inciso da XIII da Lei 9.478/97. Além disso, a Lei 12.351/10 faz referência em diversos artigos ao “bloco” que será objeto da licitação e do Contrato de Partilha, em especial nos arts. 9º, 10, 15, 16 e 29.</p>
	<p><b>Art. 32. Caberá recurso administrativo dos atos da CEL, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da <del>data-da</del> ciência do ato impugnado, a ser recebido somente no efeito devolutivo.</b></p>	<p>Correção de redação repetida.</p>

Referência	Proposta de alteração	Justificativa
Especificar artigo	Inserir proposta de alteração	Inserir justificativa
	<p><b>Art. 36. Os concorrentes terão sua habilitação cancelada nas seguintes hipóteses:</b></p> <p>(...)</p> <p><b>III – prática de qualquer ato ilícito relativa a participação da empresa na Rodada de Licitações, comprovado por meio de processo administrativo que seja garantida ampla defesa e contraditório na forma da lei;</b></p>	<p>A sugestão visa esclarecer que os licitantes terão sua habilitação cancelada na hipótese específica de prática de qualquer ato ilícito concernente à Rodada de Licitações, objeto do Edital. A redação proposta pela ANP dispõe de forma genérica que a prática de qualquer ato ilícito poderia prejudicar a habilitação da empresa interessada, o que poderia insegurança jurídica aos interessados e prejuízo à pluralidade do certame.</p>

Instruções de envio:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à ANP até às 18 horas do dia 07 de junho de 2013 pelo e-mail rodadas@anp.gov.br. A utilização deste formulário é obrigatória, inclusive a manutenção do arquivo no formato Word. Não serão aceitos comentários/sugestões fora do padrão deste formulário.